



O ESPAÇO SUBDESENVOLVIDO

Delismar Palmeira Costa – UFT – Porto Nacional – Tocantins - Brasil
delismarcosta@gmail.com

RESUMO

Esse texto tem por finalidade dissertar acerca dos principais aspectos do subdesenvolvimento, tomando por base o espaço socialmente produzido na periferia do capitalismo. Verificou-se que o atraso dos países menos desenvolvidos é um produto histórico, fruto das necessidades expansivas do modo de produção capitalista, que cria uma divisão internacional do trabalho pautada na submissão de uma ampla parcela de países aos interesses de poucas nações imperialistas. Essa dinâmica ambiciosa acaba por tirar da população toda e qualquer autonomia sobre o seu desenvolvimento; as empresas multinacionais de hoje se encarregam de promover o saque das riquezas do mundo subdesenvolvido, contribuindo assim para a formação de espaços, cuja regulação e dinâmica estão a serviço de atores alheios ao cotidiano local.

Palavras-chave: Subdesenvolvimento; Espaço; Capitalismo; Divisão internacional do trabalho; Nações imperialistas.

THE UNDERDEVELOPED SPACE

ABSTRACT

This text aims to expound on the main aspects of underdevelopment, taking as base the socially produced space on the periphery of capitalism. It was found that the delay of the less developed countries is a historical product, result of expansive needs of the capitalist way of production, which creates an international division of labor guided by the submission of a broad parcel of countries to the interests of a few imperialist nations. This ambitious dynamic ends up taking from the entire population and any autonomy over its development; multinational companies of today are in charge of promoting the plundering of wealth of the underdeveloped world, thereby contributing to the formation of spaces, whose regulation and dynamics are at the service of actors unrelated to the local daily.

Keywords: Underdevelopment; Space; Capitalism; International Division of Labor; Imperialist Nations.

INTRODUÇÃO

O subdesenvolvimento é uma realidade catastrófica na geografia dos países periféricos; a degradação das condições de vida da maior parte da população mundial perpassa pelas mazelas desse fenômeno. No capitalismo, o desenvolvimento de um único país central pressupõe o subdesenvolvimento de uma ou de várias outras nações à margem da autossuficiência. Não se trata de um fracasso dos governos ou da incapacidade produtiva da população; o desenvolvimento dependente de muitos países é senão uma condição para que a divisão internacional do trabalho continue a assegurar a manutenção dos interesses

imperialistas de uma meia dúzia de nações. A pobreza de lugar, ou de uma região na periferia do capitalismo é o resultado imediato da conservação de padrões de exploração dos países ricos sobre os mais pobres. Essa problemática repercute diretamente na organização do espaço geográfico, que se condiciona aos interesses dos atores hegemônicos, em detrimento do bem-estar da população menos favorecida.

Esse texto tem por finalidade dissertar acerca dos principais aspectos do subdesenvolvimento, tomando por base o espaço socialmente produzido na periferia do capitalismo. Verificou-se que o atraso dos países menos desenvolvidos é um produto histórico, fruto das necessidades expansivas do modo de produção capitalista, que cria uma divisão internacional do trabalho pautada na submissão de uma ampla parcela de países aos interesses de poucas nações imperialistas. Essa dinâmica ambiciosa acaba por tirar da população toda e qualquer autonomia sobre o seu desenvolvimento; as empresas multinacionais de hoje se encarregam de promover o saque das riquezas do mundo subdesenvolvido, contribuindo assim para a formação de espaços, cuja regulação e dinâmica estão a serviço de atores alheios ao cotidiano local.

Além dessa introdução, o trabalho está subdividido em mais três partes. Na próxima seção será abordada a historicidade do subdesenvolvimento, subsidiando-se em autores que, de uma forma ou de outra, trataram os diferentes períodos de evolução desse fenômeno. Posteriormente, serão tratados os principais aspectos do espaço subdesenvolvido, tomando por base a realidade histórica do Brasil. Logo em seguida são apresentadas as devidas considerações finais.

AS RAÍZES DO SUBDESENVOLVIMENTO

O subdesenvolvimento tem as suas origens alicerçadas na dinâmica expansionista do capital comercial europeu. As grandes navegações inauguradas ainda no século XV são o marco histórico desse fenômeno, pois tinham como objetivo principal atender às necessidades econômicas do velho continente, e não as das populações originárias, que em grande parte foram dizimadas pelo avanço do colonialismo. Os desbravamentos ocorridos se deram em meio à derrocada da velha ordem feudal. Todavia, como ensina a teoria marxista, nenhum modo de produção pode ser substituído por outro de forma instantânea, ou seja, sem um *período de transição*. No continente europeu isso ficou bem claro no fato de ser a própria produção comercial pretérita à manufatura burguesa propriamente dita, de modo que

“Na desintegração do feudalismo, a produção mercantil simples”, já existente, “serviu de base ao nascimento da [própria] produção capitalista” (SODRÉ, 1976a, p. 9).

Antes da manufatura e da grande indústria, a produção era baseada, principalmente, nas corporações de ofício, localizadas nas cidades, e no trabalho do camponês e de sua família, realizado no campo. Com a crescente expansão do comércio de longa distância, mudanças qualitativas foram verificadas na estrutura social do modo de produção feudal; a principal delas foi a transmutação de antigos encargos em uma nova forma de exploração. As novas necessidades fazem com que o senhor feudal promova a substituição da renda-produto (*talha*) e da renda-trabalho (*corveia*) pela renda-dinheiro, até então inexistente. O comércio se torna algo inevitável ao campesinato (*vassalos*) a partir daquele momento; o produtor agora necessita de realizar o valor de sua produção em dinheiro, para só depois quitar os seus débitos junto ao senhor. As cidades ressurgem após um longo período de introspecção; servem como interposto para o escoamento da produção. Mas esta produção ainda não era propriamente capitalista, uma vez que “A produção não se converte em produção capitalista por se transformar em mercadorias quaisquer produtos”, mas sim “pela proletarização dos produtores diretos” (CIAFARDINI, 1978, p. 222). O que existia, na verdade, era uma “mera subordinação da agricultura ao capital” (MARX, 2017, p. 862).

Contudo, o fenômeno urbano associado ao comércio emergente mostrava que, de fato, aquela sociedade estava passando por mudanças significativas, já que “Várias cidades comerciais e industriais foram fundadas em decorrência do comércio, sobretudo o comércio de longa distância” (HUNT; SHERMAN, 2004, p. 25). As constantes operações envolvendo dinheiro fizeram com que o seu uso se tornasse um fato social relevante; os metais preciosos, principalmente o ouro e a prata, representavam equivalentes gerais, podendo ser trocados por qualquer outra mercadoria produzida, a ser comercializada na cidade. Maurice Dobb (1973, p. 94) afirma que a existência da cidade “proporcionava uma base para transações monetárias, e daí para pagamentos em dinheiro, efetuados pelo camponês ao seu senhor”. A revolução pela qual passava o feudalismo conduziu a um estágio até então inexistente, sobretudo pelo novo dinamismo do comércio, que em muitos casos culminou na fuga de camponeses para as cidades, intensificando ainda mais as relações mercantis e produtivas fora do domínio estritamente feudal. O comerciante que explorava o campesinato dependente dos mercados, também atuava no espaço urbano, pois “Na indústria que se desenvolveram nas novas cidades, voltadas primeiramente para a exportação, o produtor distanciou-se do comprador final”, de modo que “os artesões vendiam, por atacado, seus

produtos aos mercadores que, por sua vez, transportavam-nos e revendiam-nos a outros mercadores” (HUNT; SHERMAN, 2004, p. 27); assim, a maior parte do lucro ficava nas mãos dos intermediários, e não nas do produtor direto.

Deriva daí a busca por novos mercados além-mar, que inevitavelmente conduziu também à busca por metais preciosos, cujas grandes navegações foram as principais responsáveis. Esta é a primeira fase do subdesenvolvimento, que não estava diretamente ligada, por assim dizer, à produção tipicamente capitalista. As grandes investidas além-mar a partir do século XV tiveram como base política e econômica as práticas mercantilistas. Nesse momento a burguesia como classe social em ascensão se alia ao rei, delegando a este funções superestruturais importantes para o desenvolvimento econômico do capitalismo em gestação. Portanto:

O aparecimento das novas nações-estados assinalou o começo da transição para uma nova classe dominante. Os novos monarcas, geralmente, procuravam o apoio da classe capitalista burguesa, em seu esforço de derrotar seus rivais feudais e unificar o estado sob o mesmo poder central. Esta unificação libertou os mercadores da confusão feudal de regras, regulamentos, leis, pesos e medidas e moedas diferentes; consolidou muitos mercados; deu proteção militar aos empreendimentos comerciais. Em troca, o monarca dependia dos capitalistas para as tão necessárias fontes de receita (HUNT, 1982, p. 41).

A expansão geográfica do capital comercial associada às práticas mercantilistas condicionou uma vasta parte do globo aos anseios dos mercadores europeus. A necessidade de ouro, gerada pelas operações comerciais, fez com que as grandes nações extraíssem dos continentes invadidos uma grande quantidade desse metal.

A colonização efetiva imposta pelos europeus às populações originárias das “novas” regiões e aos seus territórios é marca sangrenta nos anais da história. Na América, por exemplo, a chegada do homem branco proporcionou um choque cultural de grandes proporções, uma vez que a quase totalidade dos povos originários viviam ainda em regime tribal, distantes ainda da civilização. Contudo, alguns povos já haviam alcançado certo nível cultural, como os *Maias*, os *Incas* e os *Astecas*, bons exemplos de sociedades desenvolvidas na América pré-colombiana, sobretudo pela presença de uma estrutura produtiva baseada na aplicação de conhecimentos de engenharia e formidáveis apetrechos técnicos. Além de haver, é claro, no seio dessas sociedades uma notável estratificação da população em classes sociais. Deriva daí a crítica de Roger Bartra (1978) a Engels, que sob forte influência dos estudos de Lewis H. Morgan, chegou a pensar que muitos dos povos nativos da América, que já eram evoluídos por sinal, ainda se encontravam no estágio médio da barbárie.

A riqueza produzida pelos nativos era brutalmente saqueada pelos europeus, ao ponto de se afirmar que: a quase totalidade da prosperidade vigente na Europa após os grandes desbravamentos era, senão, o fruto de um roubo histórico sem precedentes. Num país como o Brasil, por exemplo, as primeiras invertidas comerciais dos portugueses se deram sobre o Pau-Brasil, muito utilizado na manufatura têxtil, para só depois desenvolver a colonização efetiva por meio do ciclo da cana-de-açúcar. A extração do ouro em grande escala, por outro lado, só se deu prioritariamente a partir do século XVIII, dois séculos após o início da colonização. Uma verdadeira empresa foi formada com a colonização, os territórios das populações nativas foram unificados em um só, o da exploração. Muitos povos foram caçados, escravizados, catequizados e em grande parte dizimados. Culturas seculares foram exterminadas da história por uma única finalidade: a ascensão econômica da Europa. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento enquanto elementos históricos não podem ser entendidos senão a partir de uma leitura que os vejam como um par dialético, ou seja, como uma totalidade, onde um é a razão do outro (ALDANA, 1968; MANDEL, 1985; ASSADOURIAN, 1978).

O pacto colonial, que visava limitar a interação econômica da colônia à sua respectiva metrópole, contribui para que o destino desses povos estivesse nas mãos de um monarca e de uma elite que se quer havia pisado os pés na América. Quando a colonização efetiva acontece, a maioria dos territórios foi transformada em *colônia de exploração*, pois para Portugal e Espanha a grande finalidade não era povoar, mas sim extrair as riquezas que as regiões poderiam fornecer ao mercado europeu, por meio da escravidão africana. Dessa forma, o trabalho forçado, o comércio desigual e o saque militar podem ser considerados componentes brutais utilizados no processo de colonização dos territórios americanos, sendo eles “uma grande e indispensável condição do desenvolvimento do capitalismo europeu” (HOBSON, 1996, p. 28).

As grandes navegações e a colonização são os genitores do subdesenvolvimento. Não foi o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas das tribos americanas que determinou a sua subordinação, mas sim as necessidades econômicas de um continente que estava gestando um novo modo de produção. A Europa por meio da colonização conseguiu garantir durante vários séculos a dominação completa de amplas regiões, que subsidiaram o seu pleno apogeu. É bem verdade que a partir dos finais do século XVIII, todo o pacto colonial fora refortalecido; a Revolução Industrial batia à porta da Inglaterra, que também se tornara uma grande potência colonial, juntando-se à Espanha e a Portugal. A história assume

novos rumos; a grande indústria passa a substituir gradativamente a manufatura, e a divisão do trabalho em escala internacional se acentua.

As inúmeras descobertas no campo tecnológico são introduzidas no processo produtivo direto, fazendo com que a produtividade do trabalho crescesse significativamente, era o nascimento da Revolução Industrial, que um autor como Ernest Mandel (1985) prefere chamar de Revolução Tecnológica. No século XIX, a revolução tecnológica também foi vivida por outros países além da Inglaterra, como a França, a Alemanha e os Estados Unidos. Esta etapa do capitalismo não modificou apenas os aspectos técnicos da produção, mas também toda a estrutura global do sistema. A busca por matérias-primas, mercados consumidores e pactos comerciais se tornou cada vez mais uma necessidade dos impérios industriais da Europa. A grande indústria, baseada na maquinaria, aumentou quantitativa e qualitativamente o consumo produtivo das fábricas europeias.

O fenômeno da Revolução Industrial não rompe com a antiga relação colônia-metrópole, muito pelo contrário, “Os países subdesenvolvidos tornaram-se cada vez mais fornecedores de produtos agrícolas e de matérias-primas para os países industriais. Seu papel consistia principalmente em responder às necessidades destes” (SANTOS, 2018, p. 92). Marx, em uma passagem muito famosa, afirma que em sua época a divisão internacional do trabalho criava um mundo dual, cujas características estavam adequadas aos centros mais industrializados, transformando “uma parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola voltado a suprir as necessidades de outro campo, preferencialmente industrial” (MARX, 2013, p. 523). A economia de *plattation* era marca registrada no espaço territorial brasileiro, mesmo após a independência; ela se baseava na monocultura exportadora com o emprego massivo de trabalho escravo africano.

As novas conjunturas que emergem a partir desses fatos na Europa, refletem outra característica do modo de produção capitalista, a do seu *desenvolvimento desigual e combinado*. Em escala mundial isso pode ser verificado a partir das distorções existentes na distribuição da riqueza entre as nações, promovidas pela divisão internacional do trabalho que produz, inevitavelmente, o atrofamento das economias subdesenvolvidas. Há uma correspondência incontestável entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, sendo um a base do outro; a divisão internacional do trabalho é apenas a expressão espacial dessa lei. Mandel está certo ao afirmar que enquanto o superlucro for o grande objetivo das corporações e dos países centrais, o mundo subdesenvolvido continuará a existir, já que esse ganho “só pode ser obtido às expensas dos países, regiões e ramos industriais menos produtivos”, assim, “o

desenvolvimento tem lugar apenas em justaposição ao subdesenvolvimento, perpetua este último e desenvolve a si mesmo graças a essa perpetuação” (MANDEL, 1985, p. 70).

O papel das colônias ou mesmo das nações independentes, que mantinham economias agrárias, era dual, já que deveriam importar as mercadorias industrializadas dos países desenvolvidos, ao mesmo tempo que se qualificavam como fornecedoras fiéis de matérias-primas aos polos industrializados. Muito raramente exportavam produtos que não fossem *primários*; o açúcar brasileiro talvez seja um precioso exemplo que, todavia, não fugia à regra das demais *commodities*, ou seja, o seu comércio atendia somente aos interesses econômicos e às estratégias de Portugal, sob dominação da Holanda (SODRÉ, 1976a; 1976b).

O final do século XIX reservou aos países subdesenvolvidos uma nova forma de submissão. Mesmo após os inúmeros processos de independência na América Latina, essas nações ainda se encontravam mergulhadas numa profunda dependência dos países centrais, que naquele momento passaram a se utilizar de estratégias imperialistas. Com o imperialismo, os ambientes que se dedicavam à produção na periferia passaram também a se subordinar à reprodução do capital industrial, alavancada pelo capital financeiro. Daí então, “foi a exportação de capital dos países imperialistas, e não o processo de acumulação primária impulsionado pelas classes dominantes locais, que determinou o desenvolvimento econômico do que seria, mais tarde, denominado ‘terceiro mundo’” (MANDEL, 1985, p. 36). Assim, a divisão do trabalho em escala internacional “adquiriu o aspecto da distribuição do mundo entre nações adiantadas e países pobres, entre monopólios e nações dependentes, tudo isso imolado no altar da absorção monopolista e da opressão financeira de grandes riquezas da terra” (ALDANA, 1968, p. 105).

O imperialismo significou a morte prematura de qualquer expectativa de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos. De acordo com Ernest Mandel, esse retardo histórico foi promovido de três formas: primeiro, os países centrais escoaram os recursos existentes e necessários à acumulação primitiva, pilhando todo e qualquer produto excedente gerado nas nações subdesenvolvidas. Em seguida, ocorre a alocação de quaisquer formas de recursos remanescentes em setores estratégicos para o capital financeiro. Por último, impõe-se uma ferrenha restrição ao processo de acumulação primitiva, por meio da inutilização das elites locais, que foram estrategicamente segregadas no espaço rural, sem perspectivas de aburguesamento (MANDEL, 1985). Este último caso pode ser perfeitamente visualizado no Brasil após a proclamação da república (1889), quando em 1891 a constituição delega o

controle da quase totalidade das terras devolutas aos estados membros da federação, marcando o início do coronelismo regional, baseado na arcaica, improdutiva e rentista propriedade terra.

A exportação de capital financeiro dos países centrais para os países periféricos é a grande marca do imperialismo. Tal fato conduz inevitavelmente à produção configurações territoriais antes impossíveis, sobretudo devido à ausência de capital local e, principalmente, à inexistência de uma classe burguesa realmente revolucionária. O imperialismo é, na verdade, “a política do capital financeiro”, mas é acima de tudo uma “política de conquista” (BUKHARIN, 1988, 106-107). Por estas características, esse fenômeno fez com que os bancos assumissem um papel crucial na nova dinâmica da economia global, já que estas instituições “em todos os países capitalistas, qualquer que seja a diferença entre as legislações bancárias, intensificam e muitas vezes tornam mais rápido o processo de concentração do capital e de constituição dos monopólios” (LÊNIN, 2012, p. 62). Os monopólios depois de constituídos adentram em quase todos os segmentos da vida social, sem se importarem com os regimes políticos particulares, ou qualquer outra especificidade (LÊNIN, 2012). Portanto:

Enquanto o capitalismo for capitalismo, o excedente de capital não é consagrado à elevação do nível de vida das massas do país, pois isso significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas, mas ao aumento desses lucros através da exportação de capitais para o estrangeiro, para os países atrasados. Nestes, o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários, relativamente baixos, e as matérias-primas, baratas (LÊNIN, 2012, p. 94).

Essa política econômica devastadora fez com que as nações centrais fossem protagonistas de grandes confrontos armados, sobretudo pelo ambiente de competição instalado, sendo a Primeira Guerra Mundial o ápice das disputas imperialistas no início do século XX; assunto este que não será debatido neste texto, devido à sua natureza complexa e também para não se fugir da temática central que é o espaço subdesenvolvido. Por isso, após essas ligeiras colocações acerca da origem do subdesenvolvimento, pode-se agora dissertar sobre as características específicas e inerentes a essa estrutura, levando em consideração a realidade brasileira, especialmente após 1930.

OS ASPECTOS DO ESPAÇO SUBDESENVOLVIDO E O CASO BRASILEIRO

As feições atuais do mundo subdesenvolvido têm em grande parte as suas origens na grande depressão que assolou os países centrais a partir de 1929, depois da quebra da bolsa de Nova Iorque. A crise fez com que alguns países do terceiro mundo desenvolvessem uma

relativa industrialização, não por vontade própria, mas pelas necessidades que a conjuntura internacional impunha. Tudo começou, de acordo com P. Singer (2002), pela grande queda do nível de transações comerciais realizadas pelos países industriais, provocada pela superacumulação. Para evitar o desemprego em seus territórios, esses países resolveram criar barreiras que dificultassem a entrada de produtos do terceiro mundo em seus mercados, “procurando fabricar dentro de suas fronteiras o que antes importavam” (P. SINGER, 2002, p. 118). A maior consequência desses atos foi o colapso da estrutura econômica global daquela época, uma vez que os países de modelo *agrário-exportador* se viram arruinados diante da inexistência de mercado consumidor para as suas *commodities*. Dessa forma, o saldo balança comercial declinou consideravelmente, solapando as divisas destinadas à importação de produtos industrializados (C. FURTADO, 1982), criando uma verdadeira crise global.

Segundo Paul Singer, a única saída encontrada por alguns países da periferia foi a *industrialização por substituição de importações*. Mas para que isto acontecesse foi necessário o florescimento de uma burguesia que “passou a desfrutar de um mercado interno ‘protegido’ por efeitos da própria crise” (P. SINGER, 2002, p.118); este grupo estabeleceu, num país como o Brasil, “um núcleo ativo de crescimento industrial, já não mais apendicular de uma estrutura agrário-comercial voltada para o exterior, mas autônoma e determinante da estrutura econômico-social, voltada para o mercado interno” (IANNI, 1963, p. 23). Com as portas fechadas às mercadorias estrangeiras, e um setor de exportação fragilizado pela crise, nada mais cabia às elites se não investir no próprio âmbito nacional. Assim, “As atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam impulsionadas por seus maiores lucros, mais ainda recebiam novo impulso ao atrair capitais que se formavam ou desinvertiam no setor de exportação” (FURTADO, 2002, p. 198). Assim sendo:

O rígido controle das importações provocou um aumento violento dos preços dos produtos adquiridos no exterior, obrigando o consumidor a procurar o produto nacional substituto do importado, o que estimulou o crescimento do mercado interno, que se tornou o setor mais dinâmico da economia nacional. Surgiram, assim, condições para a implantação e expansão de indústrias, que se tornaram ainda mais favoráveis, quando o Governo elevou a tarifa alfandegária, a partir de 1934, encarecendo o produto importado (M. FURTADO, 1988, p. 144).

Toda a base da industrialização brasileira se deu por meio do dinamismo do mercado interno; as altas taxas crescimento econômico registradas no período de 1930 a 1970 refletem “especificamente um dinamismo fundado na expansão do mercado interno. Durante esse período manteve-se estacionária ou em declínio a participação da produção orientada para os mercados externos” (C. FURTADO, 1992, p. 60). Mesmo com esse dinamismo, outros problemas ainda podiam ser verificados no processo de industrialização pelo qual passava o

Brasil, sobretudo em relação à inexistência da produção de bens de capital, geralmente importados dos países centrais. Esta é uma característica basilar do subdesenvolvimento, demonstra o domínio da ciência como força produtiva por uma meia dúzia de nações, em detrimento do restante do mundo; processo este fortalecido pelos sistemas internacionais de patentes, que conduzem os países periféricos a uma *insuficiência técnica* generalizada em seus espaços produtivos.

Com a grande indústria, as forças da natureza deixaram de ser determinantes nos processos produtivos, sobretudo pelos grandes inventos mecânicos a partir do século XVIII. A produção emigra do campo para a cidade (MARX, 2013). Nos países desenvolvidos, a industrialização sempre foi o carro chefe da urbanização, o que os diferencia dos países subdesenvolvidos, onde a hipertrofia do setor terciário não produtivo é um fato notório (SANTOS, 2018; LACOSTE, 1975); isto acontece por que:

[...] nos primeiros as condições de industrialização criavam mais empregos do que a população da cidade tinha capacidade de preencher, donde o apelo à mão-de-obra do campo. Nos países subdesenvolvidos, uma industrialização com alto coeficiente de capital atrai mais e mais pessoas, mas não é capaz de fornecer empregos suficientes. É por isso que desde os primeiros momentos de sua modernização, as cidades dos países subdesenvolvidos têm um terciário mais importante que o secundário, ao contrário do que se passou nos países desenvolvidos, onde a expansão do setor terciário foi mais tardia (SANTOS, 2018, p. 71).

Não se pode falar de semelhanças entre a industrialização de um país como o Brasil, e a dos países europeus. A revolução brasileira se deu sobre o próprio mercado interno; foi ele o responsável pela ascensão industrial da nação. O desenvolvimento pelo qual passou o Brasil sempre foi dependente, mesmo que aparentemente autônomo. O fraco alargamento da indústria de maquinaria, acompanhada por um baixo nível de aprimoramento científico, conduziu os países pobres que estavam se industrializando a uma nova dependência, que ressurgiu “sob diferentes formas – dependência tecnológica, financeira e, em certa medida, política” (P. SINGER, 2012, p. 170).

A partir da década de 1950 um novo fenômeno vem à tona, o das multinacionais. Essas firmas nascem da própria dinâmica em que estava inserida a economia mundial. As nações centrais, já bem recuperadas dos prejuízos da Segunda Guerra Mundial, tinham agora um outro problema a resolver: como abrir novamente as portas dos mercados dos países subdesenvolvidos que iniciaram o processo de industrialização após 1930? Era óbvio que essas nações não retroagiriam ao patamar anterior à crise, ou seja, não voltariam a ser as

velhas economias agrário-exportadoras. A saída encontrada pelos países de capitalismo avançado foi a seguinte:

Os mercados destes países em desenvolvimento estavam fechados para certos produtos industriais dos países do centro, mas não aos seus capitais. Nada impedia que uma empresa estrangeira se estabelecesse no Brasil, por exemplo, para produzir e vender artigos que antes exportava do seu país de origem. A subsidiária estrangeira goza de toda proteção e dos eventuais subsídios que o Estado dá à indústria nacional, o que torna tais inversões bastante lucrativas. Assim, para poderem continuar a dominar os mercados do Terceiro Mundo, as principais empresas industriais do Primeiro Mundo constituíram filiais nesses países, transformando-se assim em empresas *multinacionais* (P. SINGER, 2002, p. 119-120).

Portanto, as realidades do espaço subdesenvolvido são em grande parte o resultado das vontades de outras nações. Não se pode falar em autonomia nacional quando se refere ao uso do território nesses países. As inversões geográficas de que fala H. W. Singer (1950) produzem o que se denomina aqui derivações econômico-geográficas.

As derivações econômico-geográficas são áreas ou regiões dentro do espaço territorial dos países subdesenvolvidos, que estão condicionadas às vontades e às necessidades dos atores hegemônicos internacionais. Tanto a produção das configurações territoriais quanto o processo de trabalho nesses subespaços, alicerçam-se no uso intensivo de tecnologia e de capitais estrangeiros. A configuração territorial nessas áreas se apresenta como um sistema de objetos incompreensíveis à população local, que se aplica também às ações.

Os pedaços do território sob a custódia das multinacionais são “na realidade extensões das economias dos países inversionistas mais desenvolvidos” (H. W. SINGER, 1950, p. 235). A autonomia da industrialização dos países subdesenvolvidos é solapada pelas inversões das economias centrais, que descaracterizam qualquer autenticidade do processo. Andrade (1977) fala de um não desaparecimento da dinâmica colonial, que Fernandes (1975, p. 23) prefere chamar de “recolonialismo”, já Milton Santos (2018, p. 100) diz que: “Trata-se antes de uma falsa industrialização”.

O fenômeno das multinacionais apenas acentua a pobreza nos países subdesenvolvidos. A razão de ser desses organismos repousa no uso imperial do território, que consiste no saque das riquezas das nações menos desenvolvidas por estas firmas globais. As contradições que envolvem a acumulação de capital por essas empresas no espaço subdesenvolvido são, de acordo com Fernandes (1975), carregadas unicamente pelos países da periferia, ao passo que as benesses são apropriadas pelas nações desenvolvidas, “que funcionam como centros dinâmicos de apropriação das maiores quotas do excedente

econômico gerado” (FERNANDES, 1975, p. 30). Essa internacionalização da produção capitalista nada mais é do que a expansão dos interesses das elites responsáveis pela operação do capitalismo em escala global. Os países subdesenvolvidos que teoricamente passaram pelo processo de industrialização, servem hoje como ambientes da reprodução de capital promovida pelas empresas globais. Não há autonomia produtiva, trata-se de “uma desnacionalização da grande indústria” (SANTOS, 2018, p. 116). Todavia, apenas a produção se internacionaliza. O seu comando, por outro lado, mantém-se nas mãos dos atores hegemônicos localizados nos países desenvolvidos; por isso Manoel Seabra (1982, p. 136) fala de “uma certa dispersão da atividade produtiva”, concomitante à “uma brutal concentração do poder de gestão”.

O novo imperialismo foi bem mais além do que o imperialismo clássico. Os atores hegemônicos agora se inserem nos mais diversos setores da sociedade para atingir os seus objetivos econômicos, “desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais”, chegando à “modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc” (FERNANDES, 1975, p. 18). Foi escavando todas as estruturas sociais dos países subdesenvolvidos, que os países centrais conseguiram perpetuar a sua dominação.

Portanto, é correto afirmar que impera no espaço subdesenvolvido a presença de paisagens derivadas, concomitante a relações produtivas alheias à população. As monoculturas no Brasil, que em grande parte servem para atender às necessidades dos países centrais, mostram como a tecnologia e o uso intensivo de capital produz uma riqueza considerável. O desenvolvimento é notório nessas regiões, mas, como afirmou Santos (2003, p. 82), “O aumento das riquezas não impede o da pobreza, e isto num único ponto do espaço”. A penúria também se generaliza, uma vez que o excedente da produção não serve às necessidades da população que trabalha. Os produtores nacionais não resistem à tentação do comércio exterior, produzem para o mercado custe o que custar; assim, degradam a condição de vida de milhões de pessoas, pois “Como ocorre com os interesses privados externos, os interesses privados internos estão empenhados na exploração do subdesenvolvimento em termos de orientações de valor extremamente egoístas e particularistas” (FERNANDES, 1975, p. 18).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O subdesenvolvimento e a sua dinâmica econômica nos territórios nacionais fazem com que muitos países sejam submissos aos interesses dos atores hegemônicos globais em escala nunca vista antes. Chega-se à conclusão de que, o espaço subdesenvolvido não é outra coisa que o resultado histórico da internacionalização do modo de produção capitalista. As grandes navegações marcaram a primeira etapa, quando ainda reinava na Europa as ambições do capital comercial. O mercantilismo impôs aos nativos a condição de inferiores, além da de tributários fiéis do regime europeu. A colonização, e com ela a explosão da grande indústria, dividiu as nações de acordo com as regras e ditames dos principais centros industriais.

O longo percurso histórico pelo qual o subdesenvolvimento atual foi gestado, demonstra o quanto a divisão internacional do trabalho se torna nefasta aos países menos desenvolvidos, em todos os períodos após os grandes desbravamentos. O espaço dessas nações é marcado por fortes distorções, baseadas na realização dos interesses das empresas globais, em detrimento das necessidades das populações locais, que são exploradas em seus limites mais extremos, da mesma forma que os recursos de seus territórios. Portanto, o espaço subdesenvolvido é, em grande parte, marcado pelo uso imperial de seus recursos, sejam humanos ou socionaturais. As configurações territoriais, assim como os processos de trabalho são impostos do centro à periferia. Assim, todo o bônus da utilização dos territórios dos países subdesenvolvidos pelas empresas multinacionais é apropriado quase que totalmente pelas nações mais poderosas, que criam espaços derivados que funcionam apenas como apêndices de suas economias desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

- ALDANA, Ramón Losada. **Dialética do Subdesenvolvimento**. Tradução: Ignácio M. Rangel. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1968. (Estudos sobre o Brasil e a América Latina, vol. 3).
- ANDRADE, Manuel Correia de. O Pensamento Geográfico e a Realidade Brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 54, p. 5-28, 1977.
- ASSADOURIAN, Carlos Sempat. Modos de Produção, Capitalismo e Subdesenvolvimento na América Latina. In: FIORAVANTE, Eduardo et al. **Conceito de Modo de Produção**. Tradução e Organização: Philomena Gebran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Pensamento Crítico; v. 24).

BARTRA, Roger. Tributo e Posse da Terra na Sociedade Asteca. In: FIORAVANTE, Eduardo et al. **Conceito de Modo de Produção**. Tradução e Organização: Philomena Gebran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Pensamento Crítico; v. 24).

BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. **A Economia Mundial e o Imperialismo**: esboço econômico. Tradução: Raul de Carvalho, São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).

CIAFARDINI, Horácio. Capital, Comércio e Capitalismo: a propósito do chamado “capitalismo comercial”. In: FIORAVANTE, Eduardo et al. **Conceito de Modo de Produção**. Tradução e Organização: Philomena Gebran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Pensamento Crítico; v. 24).

DOBB, Maurice. **A Evolução do Capitalismo**. Tradução: Affonso Blacheyre, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

FURTADO, Celso. **A Nova Dependência**: dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Estudos brasileiros; v. 63).

FURTADO, Celso. Globalização das Estruturas Econômicas e Identidade Nacional. **Estudos Avançados**, São Paulo, n 6(16), p. 55-64, 1992.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002. (Ciências Sociais; v. 2).

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1988.

HOBSON, John A. **A Evolução do Capitalismo Moderno**: um estudo da produção mecanizada. Tradução: Benedicto de Carvalho, São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

HUNT, E, K. **História do Pensamento Econômico**: uma perspectiva crítica. Tradução: José Ricardo de Azevedo, Rio de Janeiro: Campus, 1982.

HUNT, E, K; SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**. Tradução: Jaime Benchimol, Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

IANNI, Octávio. **Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editôra Civilização Brasileira S.A, 1963.

LACOSTE, Yves. **Os Países Subdesenvolvidos**. Tradução: Diva Benevides Pinho, São Paulo: Difel, 1975. (Coleção “Saber Atual”).

LÊNIN, V. I. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**: ensaio popular. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. Tradução: Carlos Matos, Regis Andrade, Dinah Azevedo, São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubens Enderle, São Paulo: Boitempo, 2013. (Marx-Engels).

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. Tradução: Rubens Enderle; edição de Friedrich Engels, São Paulo: Boitempo, 2017. (Marx-Engels).

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**: críticas e alternativas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Coleção Milton Santos; 3).

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução: Myrna T. Rego Viana, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2018. (Coleção Milton Santos; 4).

SEABRA, Manoel. A Economia da América Latina. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 59, p. 115-159, 1982.

SINGER, Hans Wolfgang. Comercio e Inversión en Países poco Desarrollados: distribución de las ganancias entre los países inversores y los deudores. **El Trimestre Económico**, Ciudad de México, vol 17, n 66(2), p. 232-251, abril/junio, 1950.

SINGER, Paul. **Aprender Economia**. São Paulo: Contexto, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976a. (Retratos do Brasil, v. 98).

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976b. (Retratos do Brasil, v. 22).

Delismar Palmeira Costa – Doutorando em Geografia pela UFG; Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins (2019). Graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal do Tocantins (2016).

Recebido para publicação em 01 de novembro de 2019.

Aceito para publicação em 09 de dezembro de 2019.

Publicado em 10 de dezembro de 2019.